

O desenvolvimentismo dos militares e a modernização da Região do Araguaia – Tocantins (1960-1980).

Moisés Pereira da Silva

Introdução

A Reforma Agrária como referência para o desenvolvimento de um povo não só foi, e ainda é, propalada teoricamente, como fundamentou revoluções e inviabilizou outras¹. Num país com as características geográficas e climáticas do Brasil, onde se fez acreditar ingenuamente que nestas terras “querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo; por causa das águas que tem!” (CAMINHA, in: NUPILL, 2009, p. 9) essa idéia inexoravelmente encontraria campo mais fértil. Esse foi, pois, o caminho mais popularizado como solução para a difícil crise econômica porque passava o Brasil, em especial os brasileiros do Nordeste entre os anos de 1950 e 1960 fazendo resultar dessa convicção uma organização de luta em prol da terra que beirava a Revolução nos moldes comunistas em andamento por diversas regiões do globo.

Mas esse não era um pensamento único. Desde os primeiros anos do século XX uma elite empresarial e intelectual² já considerava a modernização da produção como premissa imprescindível para o desenvolvimento econômico do país sendo, pois, a pobreza resultado de um processo de atraso na própria estrutura produtiva do Brasil e, conseqüentemente, a transposição desse problema resultaria em melhores condições de vida para o povo em geral, haja visto, que o empresário moderno tinha

1HUNTINGTON, (Op. Cit. p. 85) toma o arrefecimento dos ânimos no Japão onde “a Reforma Agrária livrou os camponeses do apêlo socialista, transformando-os em leais suportes dos partidos conservadores” para fundamentar sua tese de que a Reforma Agrária tem um enorme poder político de acordar revolucionários ou forjar conservadores.

2Aqui tomando como ponto de partida os primeiros idealizadores da racionalidade empresarial a que René Armand Dreifuss chama de intelectuais orgânicos do capitalismo, entre os quais se pode mencionar Roberto Simonsen e Roberto Mange, Eugênio Gudín, Rômulo Almeida, entre outros nomes que contribuíram na construção de um novo modelo de planejamento político administrativo em sintonia com os anseios do grande capital. A partir de 1964 se faria sentir a influência, dentro dos governos militares, de Golbery de Couto e Silva, Carlos Meira e Therezinha de Castro (FREITAS, 2004) como idealizadores de um planejamento que mesclava segurança e desenvolvimento dentro de um plano maior de integração econômica.

responsabilidades sociais³. E se esse pensamento, constituindo a base teórica de uma prática urbana de industrialização e desenvolvimento relacionados à realidade das cidades, possa parecer uma interpretação inaplicável ao campo, as idéias de atraso e de desenvolvimento significará aproximação entre estes ambientes até então muito distantes porque um e outro padecem, na visão dos planejadores, do mesmo mal, o atraso; e ambos precisam do mesmo remédio, o progresso, a modernização, enfim, desenvolvimento.

Então o Araguaia-Tocantins, como área geográfica da Amazônia, enquadrou-se dentro de um planejamento estratégico do governo militar visando o desenvolvimento econômico da região integrado a um plano maior de potencialização da economia brasileira como um todo. Assim a frustração dos anseios de Reforma Agrária na Região não significou, e essa é a tese fundamental desse artigo, pura demagogia do governo, ou simples silenciamento das “revoluções nordestinas” através do incentivo às migrações para a Amazônia. Tudo estava dentro de um plano maior de modernização dos processos produtivos e de aproveitamento das riquezas naturais da Amazônia, para o que a massa pobre de camponeses importava apenas como mão-de-obra circunstancial na produção de alimentos e em alguns empreendimentos extrativos.

Portanto, no campo da teoria, o choque maior foi ideológico, ou seja, diz respeito à forma como alguns grupos conceberam as possibilidades de desenvolvimento para o campo, o que pressupõe uma discussão sobre o próprio sentido do termo desenvolvimento aplicado a esse contexto, o que não é objetivo deste artigo. Os camponeses, alguns grupos políticos de esquerda⁴ e grupos dentro da Igreja Católica tinham posicionamentos claro quanto a redistribuição da terra como premissa de desenvolvimento econômico, social e político para o Brasil. Os militares, ao contrário, defendiam a tese de que era preciso, sobretudo no caso da Amazônia, criar condições

3Roberto Simonsen recorre ao exemplo da indústria norte americana para fundamentar a tese de que “o papel da máquina na sociedade [é] melhorar enfim a sorte da humanidade”. (WEINTEIN, 2000, p. 38). Fica claro, porém, com a criação do SENAI E SESI, que as “melhorias” pensadas pelos industriais, na verdade, diziam respeito a veladas formas de controle social implementadas através de uma política de promoção de sindicatos e órgãos de ajuda ao operário.

4Neste caso há que se esclarecer que os políticos não se voltavam muito para as discussões de questões agrárias. Mas foi importante a mediação do Partido Comunista, principalmente no Nordeste, bem como de grupos ligados a Leonel Brizola, no Rio Grande do Sul. No Araguaia-Tocantins a mediação político-partidária, se houve, não foi digna de registro.

para que o grande capital investisse na região e, a partir de modernos projetos, pudesse promover o seu desenvolvimento e integração ao resto do país. Esta última, a ferro e fogo, foi a idéia que prevaleceu.

Desenvolvimento.

O Araguaia-Tocantins é, geograficamente, formado pelo norte do Estado do Tocantins, Oeste do Maranhão, Sul do Pará e o Norte Araguaia de Mato Grosso. Todavia, não interessa nesse texto, fundamentalmente, a geografia exata, posto que a região numa consideração meramente geográfica esta definida como amazônica. Interessa a geografia simbólica, ou imaginativa (SAID, 2001, p. 65) que torna sertão tudo aquilo que se encontra distante do litoral (LIMA, 1998), ou, para ser mais específico, distante do progresso que o litoral representa. Nesse sentido, o Araguaia-Tocantins é um grande Sertão e, na melhor heterogeneidade que o povo brasileiro representa, é um Sertão habitado por sertanejos vindos das mais diferentes regiões do país e possuidores de uma riqueza cultural extraordinária que se uniram nesse espaço em torno da luta comum pela terra como forma de luta comum pela vida; ponto em que a heterogeneidade dará espaço para a formação do grupo cuja história de luta forjará o conceito de classe, a classe camponesa que se compreende enquanto classe a partir do engajamento em prol do projeto de desenvolvimento que concebiam viável, ou seja, o projeto de Reforma Agrária.

Na cidade, industriais como Roberto Simonsen explicam o atraso a partir das estruturas inadequadas do meio produtivo. No campo, para o homem do campo, o atraso é constituído basicamente pelas estruturas que inviabilizam a vida. E o desenvolvimento, antítese do atraso, é a imposição do homem sobre o meio. Nesse sentido, a chegada do primeiros camponeses migrantes à Região Araguaia-Tocantins foi precedido por uma luta entre o meio bruto e o homem; na qual a mata virgem cedeu lugar à roça e o atraso, identificado como a fome no Nordeste, ao desenvolvimento. Ianni (1979, p. 15) diz que “os trabalhadores (...) estavam buscando terras virgens ou

devolutas, para ali construir o seu lugar, a sua vida, a roça, a criação, a morada habitual e a cultura efetiva”. A terra virgem para o camponês Saturnino (KOTSCHO, p. 72) era aquela que, quando da chegada do posseiro, só tem “rastros de bicho do mato”. Nesse sentido, o posseiro é uma espécie de pioneiro na Região Araguaia-Tocantins e o estabelecimento da roça significa a realização de um projeto de desenvolvimento da vida. Era a Reforma Agrária espontânea⁵ em andamento. E a Reforma Agrária era, para o homem do campo, como já se disse, entendida como condição *sine qua non* para o desenvolvimento do Brasil.

Quando se procura entender a categoria camponês enquanto classe, conceito muito difícil de ser precisado, se chega a um outro impasse, o entendimento do que seria uma Reforma Agrária, compreensão necessária para se tenha aclarado em que moldes era pensado o desenvolvimento econômico alternativo proposto por esse grupo. O camponês, tal qual se aborda nesse artigo, está ligado, por uma luta comum a um grupo. Ele é campesino, membro do campesinato. E o campesinato “é o grupo social em torno do qual se organizavam, e se organizam ainda hoje, as atividades agrárias no que tem sido denominado como sociedades de base (...) orgânicas”. Assim, na sua trajetória de luta pela terra se traduz como “uma categoria histórica”. (GUZMÁN e MOLINA, 2005: 80-81). O camponês, portanto, para efeito de melhor entendimento, é aquele pequeno agricultor que pratica a agricultura de subsistência e, ou que, da sobra de sua subsistência vende o excedente, geralmente em feiras locais e, ou regionais visando sua manutenção mais imediata. Esse é um modelo de Reforma Agrária, a reforma revolucionária do regime de propriedade da terra em que se busca substituir a posse da terra como meio de acumulação e fonte de poder pela posse da terra pelo uso e como forma de garantir as condições básicas de sobrevivência.

É uma premissa que não se ancora, pensando a Reforma Agrária do camponês, por isso espontânea, nas políticas do Estado. Diz respeito à garantias que

⁵Octávio Ianni (1979) defende idéia de que havia uma Reforma Agrária em andamento sendo feita pelos próprios camponeses que, ao migrarem para a Região do Araguaia-Tocantins, não esperavam a delegação do Estado para o apossamento das terras e iam tornando produtivas aquelas terras sabidamente devolutas e desocupadas. Os trabalhos de Ricardo Kotscho (1982) e Rivaldo Chinen (1983), na medida em que apresentam relatórios da violência na região, viabilizam a compreensão das formas de resistência dos camponeses em relação à garantia de posse das terras já apropriadas espontaneamente.

estão muito aquém das necessidades básicas de uma sociedade moderna. Nesse sentido, a Reforma Agrária transforma-se em uma luta divorciada de direitos fundamentais como saúde, segurança e educação posto que a posse da terra, feita à revelia do Estado, não se condiciona à viabilidade de que posteriormente esta estrutura, que é de responsabilidade do Estado, venha ou não existir. Neste caso, inicialmente, o que se anseia é pela posse da terra enquanto estratégia de sobrevivência.

Os teóricos, que geralmente se põem como porta-vozes dos camponeses, pensam diferentemente destes, embora tendam a atribuir suas idéias como tradução da vontade destes. É o caso de Martins (1991) que defende a Reforma Agrária como direito coletivo do camponês ao uso da terra, negando o seu caráter de propriedade privada e, por isso, tornando similar a luta indígena com a luta camponesa, o que é um completo equívoco.

Esse é um grande equívoco a que se presta esse notório intelectual dedicado às questões agrárias no Brasil. O fato é que o princípio de identidade da classe camponesa não é a posse nem o trabalho na terra, mas a luta pela terra. Há que se corrigir aí esse esforço de coletivismo marxista porque não é possível comprovar qualquer idéia de que houvesse alguma tendência de propriedades coletivas, senão de trabalhos coletivos em tempo de colheita ou em outros momentos em que a urgência do tempo o exigisse. Mesmo nos casos de distribuição de terras feitas pelo governo em que os títulos eram protelados como forma de coibir a venda dos lotes criando, com isso, um clima de loteamento comum, a simples demarcação da fração utilizada por cada família era suficiente para a pertença como referência em relação ao mesmo.

José Gomes da Silva em seu estudo sobre a Reforma Agrária no Brasil estabelece critérios conceituais para a Reforma Agrária. Assim: “Reforma Agrária é o processo amplo, imediato e drástico de redistribuição de direitos sobre a propriedade privada da terra agrícola, promovido pelo governo, com a ativa participação dos próprios camponeses e objetivando sua promoção humana, social, econômica e política”. (1971, p.38). Portanto, um conceito que exclui a prática efetiva de ocupação da terra pelo camponês como uma Reforma Agrária. Para o autor (Op. Cit, p. 60) a Reforma Agrária tem importante papel a desempenhar no desenvolvimento econômico do Brasil podendo aumentar a produtividade de alimentos, diversificar a renda bruta

brasileira, alterar a distribuição setorial da mão-de-obra, incrementar a urbanização, diminuir as taxas de natalidade e mortalidade e melhora os indicadores relativos à saúde, educação, habitação, alimentação, dentre outros. Contudo, essas vantagens somente podem ser efetivadas mediante o desempenho da função estatal como agente promotor da reforma.

A partir desse ponto, depois dessa apresentação da concepção de desenvolvimento campesina, é oportuno pensar como os governos militares conceberam a modernização da Amazônia dentro de um projeto de desenvolvimento e integração. A integração deve ser entendida aqui num sentido amplo que vai desde integração da economia brasileira, num nível global, à integração da economia amazônica à economia brasileira, de modo mais particular, o que, em síntese, significou um esforço produtivo de gêneros alimentícios destinados principalmente ao sudeste, de um lado, e exploração mineral destinada à exportação. Mas a integração, desde o movimento de “marcha para o oeste” (GÓIS, 1969), representava também um esforço de caráter político-geográfico. Tratava-se, enfim, de uma questão de afirmação de identidade e de soberania nacional.

Nessa perspectiva, se não houve aproximação entre camponeses e Estado no sentido de promoção do desenvolvimento tendo a Reforma como princípio, houve uma íntima relação entre Estado e empresariado no que diz respeito ao desenvolvimento fundamentado na modernização da região amazônica. A prática camponesa foi espontânea e divorciada do Estado, mas a prática do Estado resultou de uma outra iniciativa espontânea, a dos empresários, que diferentemente da ação camponesa, considerou o Estado como parceria imprescindível.

Na verdade, a modernidade pensada no campo da economia deveu-se, inicialmente, àqueles empresários orgânicos⁶ que empreenderam campanha em favor da racionalização⁷. Nesse sentido, “Para um industrial-engenheiro como Simonsen,

6Conceito empregado por DREIFUSS (1981,p. 66).

7A racionalização ou administração científica pode ser apresentada conceitualmente nas palavras de Roberto Simonsen registradas por Bárbara Weintein para quem a racionalização era uma forma de se obter “máxima organização do trabalho, que seria obtida com uma perfeita organização na qual por disposições inteligentemente adotadas, as perdas de tempo e os esforços não-produtivos sejam reduzidos” (2000, p. 31) acrescenta-se a isso “os princípios de cooperação cordial entre patrões e operários” (Idem) visando um pacto social e o predomínio da harmonia produtiva.

tentando vigorosamente descartar a velha imagem do plutocrata pançudo, a indústria organizada racionalmente e a administração científica eram um perfeito remédio para os males econômicos e sociais do Brasil.” (WEINTEIN, 2000, p. 40). A disseminação desse pensamento na década de 1920 foi acrescida de uma compreensão que também foi se popularizando e que dizia respeito à necessária intervenção do Estado no processo de modernização da economia resultando daí não só a contribuição do Estado em relação às indústrias, mas a influência do pensamento estratégico dos industriais para o desenvolvimento das políticas de Estado. MAZA (2004, p. 202) a esse respeito, explica que Roberto Simonsen defendia a tese de que a racionalização deveria “começar pela empresa, a partir de uma organização financeira, para estender-se a toda a sociedade, atingindo, finalmente, até a ação do Estado”. Disso resultou que o Estado terminou abrindo “caminho para o desenvolvimento industrial privado no Brasil” (DREIFUSS, 1981, p. 22) e subsidiando os esforços econômicos das grandes empresas.

O marco referencial foi o plano de metas do governo Juscelino Kubitschek no qual “incorporou-se a tentativa de se introduzir na formulação de objetivos governamentais, o tipo de racionalidade empresarial exigido pelas operações em grande escala do capital transnacional.” (Op. Cit., p. 76). Dreifuss indica que o planejamento, como meio para o alcance das metas estabelecidas pelo governo desenvolvimentista de Juscelino, requeria pessoal especializado que, recrutado entre engenheiros, advogados e economistas, passaram a deslocar o foco da administração pública dos problemas sociais para a racionalidade empresarial objetivando a produtividade e o lucro. Foi, portanto, enquanto necessidade de técnicos para o planejamento público e privado que, sobretudo a partir da década de 1950, multiplicou-se a criação de centros técnicos destinados à formação de uma tecnocracia nacional.

Não se pode ignorar que, no contexto da guerra fria, o maniqueísmo exigia sérias restrições a qualquer aproximação com o mal do comunismo do que tornava-se conveniente não só arregimentar os burocratas do Estado, mas também armar os braços aonde o capital não parecesse tão auto-suficiente para garantir o bem. Assim:

Oficiais militares foram chamados a participar de comissões de planejamento e think-tanks, assim como de recém-criados corpos administrativos junto a tecno-empresários de proa. As forças armadas, imbuídas da ideologia de ordem e progresso, foram agregadas ao esforço de crescimento industrial, num processo de desenvolvimento inspirado por interesses transnacionais e direcionado pelo Estado, onde os militares forneciam a ação orientada por critérios de eficiência e a muito necessária legitimação, ambas exigidas pela ideologia da 'segurança nacional'." (Op. Cit, p. 76).

Esse afã modernizador agregado ao ideário de segurança nacional frente à ameaça na linha da fronteira ideológica resultava da influência direta de que sofriam os oficiais brasileiros em seus contatos com os norte americanos. Golbery do Couto e Silva, o mais destacado planejador do governo militar, estagiou em Fort Leavenworth de onde, segundo FREITAS (2004, p. 22) “seguiu para a frente de combate como oficial de informações” do que se conclui que além do contato com os norte americanos e sua ideologia capitalista, ele recebeu uma formação para lidar com a manipulação de informações que, mais tarde, acimentaria a sua geopolítica adequada ao Brasil “como garantia de projeção nacional”. (MUNDIM, 2007, p. 122).

Desse modo, assim como os civis que militaram pela revogação do que consideravam retrocesso nas estruturas produtivas e do próprio Estado; também os militares, força sempre ativa nas discussões sobre mudanças estruturais no país especialmente nas primeiras décadas do século XX⁸, ingressaram nessa corrente passando a um protagonismo prático a partir de 1964. Assim foi que a oportunidade para a prática de participação na construção de uma nova ordem social afirmada pelos industriais na conferência de Teresópolis em 1945 foi assumida pelos militares que, sobretudo nas décadas de 1950 e 1960, com a acentuação da idéia de fronteira

8 Aqui, a referência ao século XX parte do princípio de que, considerando propostas de alteração estrutural da realidade brasileira, o movimento tenentista foi mais importante que o movimento que resultou na Proclamação da República no final do século XX porque enquanto os tenentes propunham alterações radicais, os militares do século anterior deixaram o papel de coadjuvante no plano prática, sem o fazê-lo no plano ideológico.

ideológica⁹ como nova área de conflito global sentiram-se justificados enquanto usurpadores do poder e pensadores das formas de produção e convivência ante o povo que, em última instância, desde outros tempos constituía a “massa imbele¹⁰” na interpretação militar. A Escola Superior de Guerra, ESG, e o Instituto Superior de Estudos Brasileiros, ISEB, serão os think-tanks por excelência desse novo grupo de tecnocratas.

A forma como estes militares iriam pensar o desenvolvimento pode ser entendida a partir da análise das políticas públicas desenvolvidas pós-64 posto que era no âmbito dos gabinetes militares que elas eram ditadas. Que se dia, no entanto, em tempo, que se eram ditadas nos gabinetes, não eram exatamente aí que era pensadas, muito menos decididas.

OLIVEIRA (1991) em brilhante trabalho, um tanto radicalizado, é verdade, discute o projeto Rondon sob o slogan “integrar para não entregar” destacando com um “X” anulatório a expressão “não” de forma a dizer *integrar para entregar* resumindo, já no título da obra, a crítica que faz à influência e o tipo de apropriação que faziam as empresas multinacionais estrangeiras das terras amazônicas. Antes, porém, de uma análise mais detida nos aspectos dessa crítica, convém procurar explicar como os capitalistas, que estavam até o final da década de 1940 absorvidos com a indústria urbana, a partir de 1950 voltaram-se para o campo.

SILVA (1982, p. 17), num contexto mais global, credita ao final da Segunda Guerra mundial a compreensão da dualidade dos mundos “desenvolvido” e “subdesenvolvido” correspondendo este último às regiões de industrialização insipiente e agricultura rústica sendo, pois, neste caso, a industrialização a fórmula milagrosa de superação do atraso. E modernizar a agricultura significou, conforme estudos

9 Em face da grande influência exercida pelos Estados Unidos sobre o Brasil, é muito conveniente a aplicação do conceito de Fronteira Ideológica apresentado por DREIFUSS (1981). A fronteira ideológica, portanto, em substituição à fronteira geográfica, considera predominante o perigo da ideologia, no caso a comunista, muito mais que um possível conflito de demarcação de fronteira geográfica ou ocupação de espaço por um povo inimigo. O centro da preocupação não é a invasão do exército inimigo, mas os efeitos das teorias revolucionárias desse inimigo sobre o povo, o que poderia pôr a perder a pátria brasileira.

10 Expressão usada por Juarez Távora (CARVALHO, 2005, p. 129) para quem o povo constituía uma massa inapta ao exercício do poder que lhe delega a democracia.

apresentados pelo autor¹¹, políticas visando o aumento da produtividade através da adoção de novas tecnologias relacionadas ao tamanho da propriedade e de crédito agrícola, também condicionado ao tamanho da propriedade. Essa forma de maximizar a produção, como expressão de modernidade, tornou-se, paradoxalmente, o esteio primordial da concentração de terra de que a Região Araguaia-Tocantins em particular, e o Brasil como um todo são exemplos. José Graziano da Silva assim define essa questão:

As dificuldades do capital em transformar a agricultura brasileira se traduz, em particular, em quatro pontos: a) no papel determinante que assume a propriedade da terra; b) na persistência (e mesmo na recriação) 'da pequena produção' (pequenos proprietários, posseiros, parceiros e arrendatários); c) no alto grau de exploração a que se submete quer a mão-de-obra familiar, quer a mão-de-obra assalariada; e, finalmente, d) no fato de que, por maiores que sejam os meios e recursos envolvidos, os instrumentais de política agrícola não têm conseguido maiores progressos, a não ser em algumas culturas especiais e regiões privilegiadas. (Op. Cit, p. 33).

Fato é que a o aumento da produtividade não foi pensado a partir da redistribuição da terra, ou seja, de uma Reforma Agrária que viabilizasse a formação de uma pequena burguesia produtora e consumidora. Ao contrário, pensou-se na solução a curto prazo a partir do uso de tecnologias de produção e, por esta estratégia, o Estado passou a patrocinar, através dos incentivos fiscais, a aquisição e utilização de terras. Como o sistema de fiscalização estatal não funcionava¹² e a posse da terra facilitava o acesso a crédito bancário, além do crédito próprio do Estado, passou-se a uma verdadeira corrida às terras Amazônicas. Quanto maior as ambições dos projetos

11 Relatório USAID/OSO com participação da Esalq/USP, UFSC, UFRS e da FGV.

12 OLIVEIRA (1992, p. 8-9) apoiado em dados da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural, EMATER, explica que além de beneficiar-se dos incentivos fiscais concedidos por intermédio da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia, SUDAM, os empresários ainda recorriam a financiamentos de outros programas do governo, como o PROTERRA, POLOCENTRO, POLAMAZÔNIA, etc., o que era ilegal, mas que era possibilitado pelas brechas encontradas nos marcos regulatórios destes programas.

apresentados à Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia, SUDAM, maior eram os recursos liberados. E quanto maior a terra a ser dada como garantia de crédito, maiores as possibilidades creditícias. Outro aspecto da acumulação, não menos importante, era a própria especulação imobiliária, se adquiria terra, muitas vezes por meios ilícitos, para que depois de um tempo fosse vendida pelo dobro ou o triplo do preço. Essa é uma conjuntura que merece um olhar mais atento, mesmo porque está dentro do projeto de integração de que já se falou, tanto no sentido nacional, quanto internacional que, para muitos críticos significou a internacionalização da Amazônia em desfavor do povo camponês e dos povos indígenas.

Nesse tocante, DREIFUSS (1981, p.33) evidencia que, desde a fase final do governo Vargas, o empresariado brasileiro favorecia a penetração multinacional na economia brasileira porque “ênfatizavam a campanha nacionalista muito mais em torno da produção industrial em solo brasileiro, do que em torno da origem do capital”. Com Eugênio Gudin, no interstício do governo Café Filho favoreceu-se abertamente o capital multinacional. E daí pra frente essa tendência não se inibiu, ao contrário, com Juscelino e seu “plano de metas”, ela apenas ganhou contornos mais definidos, de modo que a internacionalização econômica, privilegiando o capital estrangeiro ampliou-se significativamente pós-64. No Brasil, “... as formas de capitalismo, que se realizavam a nível global através de uma articulação complexa e contraditória com as várias formações sociais nacionais, tiveram como expressão organizacional básica as corporações multinacionais” (idem, p. 49).

Se a partir da década de 1950 os investimentos capitalistas estavam voltados para o campo num esforço de modernizá-lo, como já se disse, e se havia uma concentração econômica e centralização de capital com a predominância de grandes indústrias exercendo um controle oligopolista no mercado, então é bastante pertinente a conclusão de DREIFUSS (Op. Cit., p. 60) de que “o processo de concentração industrial foi acompanhado por uma extrema concentração de posse de terra”. Ele justifica o fato ligando o comércio agrícola à estrutura bancária. Não há dúvida de que pode haver essa relação. Mas, é preferível a ponderação de SILVA (1982, p. 47) que considera a utilização de insumos e máquinas como razão fundamental. Todavia, diferente das duas teses anteriores, considerando não a agricultura, mas os fatos

ocorridos na Amazônia, à luz dos trabalhos de IANNI (1978; 1979), OLIVEIRA (1991), MARTINS (1989; 1983; 1984, 1991), ASSELIN (1982) e PEÑARROCHA (1998), dentre outros, se pode afirmar serenamente que foi muito mais significativo, para as indústrias na Amazônia, a o acesso aos incentivos fiscais e os projetos de exploração do potencial econômico da região, principalmente mineral, sob patrocínio do Estado.

Antes do exame das conseqüências dessa política, o que implicará numa análise comparada dos projetos, camponês e do Estado, é válido pensar um outro aspecto da modernização da Amazônia, e por conseqüência, do Araguaia-Tocantins. O outro aspecto justificador de um projeto modernista que parece cabível ao presente artigo diz respeito à modernidade como forma de sobrepujar o atraso. No campo cultural, a noção de atraso com que era pensada a Amazônia tem raízes bem mais complexas e bem mais distantes no tempo e no espaço que a já mencionada. A modernidade da Amazônia, e do Araguaia-Tocantins, por conseqüência, equivaleria, nesse caso, à uma boa dose de civilidade posto que a região pouco habitada, o que já era um indicativo de não-civilidade, constituía espaço de um outro cuja representação o enquadrava como uma diferença inferiorizada pelo atraso que o substanciava. Essa forma hierarquizada de pensar o outro é bem descrita por Said (1990) no seu estudo sobre o orientalismo.

Em tese, o projeto geopolítico dos militares apresentava-se como uma medida estritamente econômica, posto que visava o aumento da produtividade como alternativa à pobreza da região, mas quando se tem em mente que uma das idéias fundantes do projeto concebia a região como vazio demográfico e ante o desrespeito, sobretudo na fase de implantação das indústrias mineradoras e das hidrelétricas, com os camponeses e com os povos indígenas da região, não dá pra ignorar a hierarquização como base das relações sociais entre o povo local e os empreendedores arregimentados em sua maioria no Sudeste, razão porque o “paulista” será, para os povos do Araguaia-Tocantins, sempre sinônimo de uma ameaça externa, um mal que se deve temer e, na medida do possível, evitar¹³.

13 MARTINS (1991).

Converge para maior entendimento desse enfoque, sobretudo, transpondo-o para a realidade brasileira de que se fala, o trabalho da professora Nísia Trindade “um sertão chamado Brasil”. Nísia Trindade defende a idéia de que o tratamento intelectual dessa questão consiste no estabelecimento de uma noção de fronteira em que o moderno se opõe àquilo que é refratário. Assim, o litoral como área de modernidade e progresso se contrapõe ao sertão, resistente à força renovadora desse progresso. A historiadora é muito bem sucedida na sua análise das relações sertão-litoral ao apresentar a noção de civilização e barbárie, o que evoca um campo de perspectiva mais amplo. Assim, o sertão, na sua resistência ao progresso incorpora uma noção ocidental de barbárie, enquanto o litoral mais aberto à modernidade, e pós-modernidade para citar Stuart Hall, representa o civilizado. Referido pela autora como fundamentação, Norbert Elias auxilia esse entendimento ao afirmar que civilização corresponde a uma auto-concepção que o Ocidente tem de si mesmo, sendo, portanto, essa uma diferenciação em relação aos povos subalternos, não civilizados. Esses argumentos põem o debate no plano da identidade e, nesse sentido, é válido considerar o trabalho de Stuart Hall para quem a identidade na pós-modernidade é descentrada, múltipla e em transição. Assim, os intelectuais da elite percebem-se a si mesmo como ligados ao sentido universal de progresso, característico da modernidade; enquanto os outros, oprimidos e fracos, são matéria para as elaborações intelectuais como coisas que precisam ser interpretados e, na medida do possível, adequados.

Nísia aborda aquilo que chama de “representação geográfica da identidade nacional” (1999, p.35). O que a Inglaterra foi para a Europa moderna, Os Estados Unidos da América se tornou para os povos latinos, a saber: uma referência de progresso e civilidade. Nessa relação a estudiosa recorre a Weber e Tocqueville para demonstrar como a sociedade norte americana era vista de forma positiva em oposição à barbárie dos povos latinos. A transposição dessa bipolaridade para o contexto brasileiro revela um conflito que envolve identidades e representações. A leitura de Trindade permite concluir que o homem moderno, que antes de tudo integra a elite do país sempre no poder, mas especialmente no poder com a República, opõe-se ao não moderno que, essencialmente corresponde àqueles destituídos do poder e, geograficamente, afastados dos centros do poder, ou residente dos sertões.

O próprio José de Souza Martins, um dos maiores estudiosos dos conflitos agrários na Amazônia e da questão agrária brasileira como um todo, embora enfatize a necessidade de escuta do camponês, termina, em alguns momentos fazer-se a voz e a vontade desse camponês¹⁴ defendendo projeto muito mais próximo das tendências ideológicas do mundo acadêmico, envolto nos debates sobre os regimes político-econômico capitalista-comunista, que do mundo propriamente camponês. Isso, em tese, corresponde à uma forma de representação do outro que não tem relação com a existência concreta desse outro. Esse foi sempre o problema fundamental tanto dos planejadores quanto daqueles que se propuseram mediar o projeto e a luta camponesa. O intelectual quase sempre se pensa interpretador do mundo, por isso corre o risco, quando faz incursão em outro mundo, de pintá-lo de forma idealizada. A alternativa preventiva é evitar juízos, o que não significa neutralidade, mas uma forma de precaução ante um passado que não pode ser manipulado de forma a fornecer resultados que possam ser mensurados e ponderados.

Retomando, nesse ponto, o projeto modernizante do Estado, dentro de sua lógica de integração nacional, e o projeto camponês, cujo desenvolvimento dizia respeito estritamente ao desenvolvimento da vida enquanto contínuo, ante a bibliografia consultada ,conclui-se facilmente que a inviabilidade de um, o projeto do Estado, decretou o fim do outro, o projeto camponês e a existência de ambos representou, na região, o auge de um conflito de classe que beirou a guerra civil. E, em face de uma possível objeção que argumente a inexistência de conflitos entre a classe camponesa e os representantes das multinacionais instaladas na região, ou uma posição objetiva contra a instalação destes projetos, chama-se a atenção para o fato de toda a estrutura de conflito agrário decorreu da política de desenvolvimento implementada pelo governo militar, inclusive o processo de grilagem¹⁵, tendo em vista a implantação dos referidos projetos. Assim, a luta dos camponeses da Região do Bico do Papagaio, por exemplo, ao mesmo tempo em que é uma luta contra a expropriação de suas terras, é também uma luta contra a repressão do governo que tinha interesse em proteger os empreendimentos do Projeto Grande Carajás e a própria estrutura montada como forma de subsidiar os

14 Isso fica patente, principalmente em seu trabalho expropriação e violência. (Hucitec, 1991).

15 (ASSELIN, 1982).

investimentos privados para o devassamento da Amazônia, resultava em desafio para a manutenção da pequena propriedade, visto que provocava a disputa por terras, por exemplo, nas áreas próximas das estradas.

Como resultado do planejamento estratégico do Estado, no período de sua maior centralização a partir da segunda metade da década de 1960 e toda a década 1970, a estrutura espacial da Amazônia guarda marcas profundas desse período traduzidas, entre outras, pela forte desigualdade na distribuição social de seus recursos naturais, dentre os quais se destaca a terra. Esse, é sem dúvida o resultado mais imediato do projeto de modernização do governo militar.

Os militares reforçaram a estrutura que já existia desde 1946, o Plano de Valorização Econômica da Amazônia, que constituía uma tentativa concreta de inserir o território amazônico no processo de desenvolvimento capitalista das regiões mais desenvolvidas do país, oportunidade em que se fixou que 3% das receitas da União, dos Estados e dos Municípios, seriam destinados para projetos na região, foi preterido por outro plano que criou a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, SPVEA, que, funcionando a partir de 1950, e tendo como suporte básico a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia, SUDAM, apresentou-se como um plano mais eficaz de gestão das políticas econômicas para a Amazônia.

Era a estrutura básica para a efetivação das idéias gestadas por longo tempo no ambiente da ESG, “reduto político e ideológico” nas palavras de DREIFUSS (1981, p. 78) por militares como os mencionados por Dreifuss: Golbery do Couto e Silva, Orlando Geisel, Ernesto Geisel, Aurélio de Lyra Tavares, Geraldo de Menezes Cortes, Jurandir Bizarria Mamede, Heitor Almeida Bezerra, Edson de Figueredo, Idálio Sardenberg, Belfort Bethlem, João Bina de Machado, Liberato da Cunha Friedrich, Ademar de Queiroz, além dos generais Cordeiro de Farias e Juarez Távora e Carlos de Meira Matos que, embora não lembrado pelo autor, teve sua importância ideológica nos quadros militares, dentre outros homens civis e militares que pensavam o desenvolvimento econômico no Brasil tendo como referência as teorias formuladas no âmbito da Escola Superior de Guerra, que por sua vez, era, conforme ASSUNÇÃO (1999, p. 39, a base de desenvolvimento, no Brasil, do pensamento e dos interesses norte americanos, desde a sua criação.

A integração econômica da Amazônia era pensada em nível nacional, mas a economia brasileira a muito já estava em franco processo de globalização, sofrendo cada vez mais o controle oligopolista dos grandes aglomerados econômicos internacionais aos quais o capital nacional se associava (DREIFUSS, 1981). Por outro lado, “alguns oficiais militares eram diretores importantes e acionistas de corporações privadas” (Id. p. 78), o que explica porque a aplicação da ideologia da ESG, criada nos moldes, e a partir dos interesses, norte americanos (ASSUNÇÃO, idem, p. 39) representou, em síntese, numa internacionalização das riquezas naturais da Amazônia.

A ESG, como centro nodular de doutrinação para os militares de uma forma específica de desenvolvimento e segurança nacional baseados nas premissas do capitalismo hemisférico, era também um instrumento para o estabelecimento de ligações orgânicas entre militares e civis, tanto no aparelhamento estatal quanto nas empresas privadas. (DREIFUSS, Idem, p. 80)

A liberdade, e porque não dizer incentivo, que as grandes empresas tiveram para investir na Amazônia objetivando fundamentalmente a exploração de suas riquezas com contrapartida, que representasse qualquer contribuição ao desenvolvimento da região, quase nula fica esclarecida por essa participação dos militares nos lucros dessas empresas através do vínculo que mantinham com as mesmas, de forma que fica difícil precisar os limites entre o interesse público e o interesse privado como foi das relações com o Grupo Hanna, norte americano, que depois de operações fraudulentas de crédito (OLIVEIRA, 1991, p. 19) teve toda sua equipe brasileira incorporada ao governo militar após o golpe de 1964.

Ante esse quadro se pode conjecturar uma conclusão à questão sobre como a influência do pensamento econômico dos tecnocratas da ESG foi capaz de criar uma estrutura capaz de frustrar os enseios reformistas no campo. A resposta, já imbricada na sequência da questão, é: a modernização através da abertura ao capital internacional suplantou o projeto camponês em favor das ambições do capitalismo globalizado. O devassamento a que a Amazônia foi submetida respondeu a demandas internas, em menor medida, a qual a região respondeu com ofertas na área agropecuária; e demandas

externas, em maior escala, requerendo da Amazônia produtos da área agropecuária e mineral simultaneamente. Como resultado, pelo suporte dado pelo Estado a esse tendência, assistiu-se a uma crescente concentração de terra, considerada por José Graziano da Silva como um dos desafios ao desenvolvimento amazônico, patrocinada pelos incentivos fiscais e na mesma medida um acréscimo dos níveis de desmatamento, risco ao equilíbrio ecológico da região, conseqüentemente, à sobrevivência de povos indígenas e camponeses que dependem desse sistema.

No que diz respeito ao confronto de projetos. A sobreposição do projeto de modernização levado a cabo pelos militares implicou em expropriação das terras e das formas de vida campesina, o que foi motivo determinante para uma realidade de violência alarmante.

Não é possível dizer, e esse não é o objetivo desse artigo, em que medido um projeto alternativo, o projeto camponês, poderia ter contribuído para o desenvolvimento da região, considerando níveis razoáveis de garantia à educação, saúde, segurança e moradia, mas não é possível negar que exceto por uma sensível redução do isolamento em que se encontrava a região possibilitado pela construção da Belém-Brasília e da Transamazônica, principalmente, pouco melhorou a situação do camponês do Araguaia-Tocantins e, acrescenta-se ainda, no caso daqueles mais próximos da região de Marabá, a situação tornou-se ainda mais conturbada com a implantação dos projetos mineradores.

Conclusão.

A escritora inglesa Binka Le Breton fez um cuidadoso trabalho de memória ligada aos conflitos e às circunstâncias da morte do Padre Josimo Moraes Tavares, coordenador da Comissão Pastoral da Terra, CPT, Araguaia-Tocantins. Entre os muitos depoimentos colhidos no trabalho de campo da autora encontra-se transcrita a fala de uma das companheiras de pastoral do Padre Josimo, Amparo. Inquirida a respeito do espólio à causa campesina deixado por Josimo, a entrevista é lúcida na sua resposta ao

apresentar os equívocos do trabalho que, na sua fala, ressumem-se à interpretação do camponês como um sujeito avesso ao capital quando, segundo ela, o que ele queria mesmo era inserir-se nessa realidade para ter acesso aos bens que o capital disponibiliza. Trata-se de rara iluminação no que diz respeito às considerações sobre a questão da terra.

Havia, e ainda predomina essa tendência, um hiato entre a produção acadêmica e o projeto camponês. O camponês não é um homem de lucubrações. O camponês é um homem prático. Não se trata de pensar a prática camponesa como uma ação desordenada, pois destituída de planejamento, o que se quer dizer é que sua ação não resulta de uma teoria historicamente construída, como é o caso das revoluções comunistas, mas de uma resposta à uma situação concreta e presente. A forma de ação é condicionada pelas suas circunstâncias materiais e sociais muito mais que por sua organização política. Na verdade o que se chega mais perto de uma organização de natureza política é suscitada exatamente pela luta que, às vezes, se inicia pela resistência de um indivíduo que recebe a solidariedade de seus pares e, ao mesmo tempo, inspira a ação de outros companheiros e dessa solidariedade impõe-se a classe enquanto conceito definidor dessa soma de sujeitos que se reconhecem nas mesmas condições e como tendo um inimigo comum, a expropriação.

A tendência entre os estudiosos era, e ainda é para muitos acadêmicos dedicados ao tema e que ainda não baixaram as armas da falida guerra contra o capital, a de tomar por luta camponesa, aquilo que era, especialmente pós-segunda guerra mundial, uma luta ideológica do campo acadêmico em que se discutia a viabilidade de dois projetos político-econômicos que bipolarizavam o mundo entre a anuência de um e a rejeição outro.

O Brasil é, e já o era no período aqui abordado, um país capitalista. No Araguaia-Tocantins houve um grave conflito social travado entre dois projetos; um referendado na modernização da produção como forma de promoção do desenvolvimento e outro que, embora sem formulação teórica, tinha na prática de ocupação das terras devolutas e improdutivas, sua expressão de desenvolvimento pensado a partir de garantias fundamentais como a imediata sobrevivência. Se o resultado foi a imposição do primeiro modelo de desenvolvimento, não significa que

isso tenha significado a falência do projeto de reforma agrária como possibilidade de desenvolvimento.

A derrocada do próprio regime autoritário não decorreu de puro esgotamento interno, como defende GASPARI, antes, foras as pressões sociais e a perda de apoio de sua base de sustentação que inviabilizou a sua continuidade. E isso deu provas contundentes de que o projeto de desenvolvimento pensado pelos militares foi um fracasso. Esse sentido é bem explícito no trabalho de SILVA (1982) em que a modernização dos militares foi dolorosa na medida em que privilegiando a grande propriedade como viabilizadora das condições de desenvolvimento, incentivou a concentração de terras através dos incentivos fiscais (MARTINS, 1982, p. 12) ao mesmo tempo em que desencadeou o êxodo rural porque as grandes propriedades na medida em que iam reduzindo substancialmente o número de pequenas propriedades, não absorviam, na mesma medida, o contingente de mão-de-obra que era proporcionalmente crescente às desapropriações. Esse processo agravava a situação do homem do campo e traduzia a forma cruel com que se deu a modernidade na Amazônia. Concentração de terras, expropriação, violência e degradação do humano em privilégio dos investimentos financeiros.

Por outro lado, a ascensão dos movimentos de reivindicação, inclusive com um grau mais complexo de politização, dão provas de que as experiências de acesso à terra, onde acontecem, inspiram outras pessoas e que, especialmente nas décadas de 1980 e 1990, o projeto camponês ganhou adesão de um número cada vez maior de sujeitos.

Bibliografia

ASSELIN, Victor. Grilagem: corrupção e violência em terras dos carajás. Petrópolis: Vozes/CPT, 1982.

ASSUNÇÃO, Vânia Noeli Ferreira de. O Satânico Doutor Go: A ideologia bonapartista de Golbery do Couto e Silva. São Paulo: PUC, 1999. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1999.

CAMINHA, Pero Vaz. Carta a El Rei D. Manuel, Dominus. In: www.culturabrasil.org/zip/carta.pdf. NUPILL - Núcleo de Pesquisas em Informática, Literatura e Lingüística. LCC Publicações Eletrônicas. Acessado em 04 de agosto de 2010.

DREIFUSS, René Armand. 1964: a conquista do Estado – ação política, poder e golpe de classes. FARIAS, Ayeska Branca de Oliveira Et. Al), (Trad.). Petrópolis: Vozes, 1982.

FREITAS, Jorge Manuel da Costa. A escola geopolítica brasileira: Golbery do Couto e Silva, Carlos de Meira Mattos e Therezinha de Castro. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2004.

GASPARI

GÓIS, Walder de. A marcha além do Oeste: série de oito reportagens publicadas em dezembro de 1968 e janeiro de 1969 pelo jornal do Brasil (Rio) e pelo Popular (Goiânia). Rio de Janeiro: DEC, 1969.

GUZMÁN, Eduardo Sevilla & MOLINA, Manuel González de. Sobre a Evolução do Conceito de Campesinato. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

HUNTINGTON, Samuel P. Political dimensions of Land Reform. Apud SILVA, José Gomes da. A Reforma Agrária no Brasil: frustração camponesa ou instrumento de desenvolvimento? Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1971.

IANNI, Octávio. A Luta pela terra: história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia. Petrópolis: Ed. Vozes, 1978.

_____. Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia. Petrópolis: Vozes, 1979.

LIMA, Nísia, Trindade. *Um sertão chamado Brasil: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Revan/IUPERJ/UCAM, 1999.

KOTSCHO, Ricardo. *O massacre dos posseiros: conflitos de terra no Araguaia-Tocantins*. 2a ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MAZA, Fábio. O idealismo prático de Roberto Simonsen: ciência, tecnologia e indústria na construção da nação. São Paulo: Instituto Roberto Simonsen, 2004.

MARTINS, Edilson. Amazônia, a última fronteira: a saga dos oprimidos, as multinacionais, a imanência de um deserto. 2a. ed. Rio de Janeiro: Editora Codecri, 1982.

MARTINS, José de Souza. Caminhando no chão da noite: emancipação política e libertação nos movimentos sociais do campo. São Paulo: Hucitec, 1989.

_____. Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. 2a. ed., Petrópolis: 1983.

_____. A militarização da questão agrária no Brasil: terra e poder – o problema da terra na crise política. Petrópolis: Vozes, 1984.

_____. Expropriação e violência: a questão política no campo. 3a. ed. Revista e aumentada. São Paulo: Hucitec, 1991.

16 1a. edição de 1981.

MUNDIM, Luiz Felipe Cesar. Juarez Távora e Golbery do Couto e Silva: Escola Superior de Guerra e a organização do Estado brasileiro. Goiânia: UFG, 2007. Dissertação de Mestrado.

OLIVEIRA, Luís Roberto Cardoso de. Os grandes empreendimentos agropecuários na Amazônia (relatório parcial). Brasília: UNB, 1992. Série Antropológica.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Integrar para *não* entregar: políticas públicas e Amazônia. 2a. ed. São Paulo: Papyrus, 1991.

PEÑARROCHA, Pedro Petit. Territórios, política e economia: elites políticas e transformações econômicas no Estado do Pará pós-1964. São Paulo: USP, 1998. Tese de Doutorado.

SAID, Edward. Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente. 3ª ed. São Paulo: Editora CIA das Letras, 1990.

SILVA, José Gomes da. A Reforma Agrária no Brasil: frustração camponesa ou instrumento de desenvolvimento? Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1971.

SILVA, José Graziano da. A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

SILVA, Tomaz Tadeu da (org). Identidade e Diferença: perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis-RJ: vozes, 2000.

WEINTEIN, Barbara. (Re)Formação da classe trabalhadora no Brasil 1920-1964. São Paulo: Cortez, 2000.

WIKIPÉDIA – a enciclopédia livre. In: http://pt.wikipedia.org/wiki/usida_de_ideias. Acessado em 05 de agosto de 2010.